



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, Instituição integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$9.999 milhões em 31 de dezembro de 2011. O lucro líquido apresentado no acumulado do exercício de 2011 foi de R\$970 milhões em comparação a R\$994 milhões do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos totais atingiram R\$52.840 milhões. Desse montante, R\$6.332 milhões são representados pela carteira de arrendamento a valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito e R\$36.729 milhões por aplicações interfinanceiras de liquidez.

A principal fonte de captação de recursos na Santander Leasing é através da emissão de debêntures que totalizou R\$32.996 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Conjuntura Econômica

Ao longo do segundo semestre de 2011 a economia brasileira registrou sinais de moderação da atividade econômica. O PIB do terceiro trimestre, divulgado em dezembro, desacelerou o ritmo de crescimento, passando de 3,3% no 2T11 (2T11 vs. 2T10) para 2,1% (3T11 vs. 3T10), o que reflete a combinação de demanda global menos aquecida e efeitos defasados do aperto monetário realizado entre abril de 2010 e meados de 2011. A desaceleração foi mais intensa na produção industrial, que mostrou fraco dinamismo ao longo de 2011. A demanda doméstica também perdeu o dinamismo, mas continua mais forte do que a atividade industrial, sustentada pelos ganhos contínuos no emprego e na renda.

A inflação tem diminuído como consequência da desaceleração econômica, mas continua a ser ponto de atenção.

A inflação ao consumidor acumulada em 12 meses (IPCA) retrocedeu do pico atingido no terceiro trimestre e fechou o ano em 6,5% em linha com o teto da meta de inflação (4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais em torno desse valor). Os preços de serviços de 2011 foram o principal determinante para esse resultado, com aumento de 9%, principalmente por custos crescentes de mão de obra. Os preços no atacado, por outro lado, apresentaram alta mais suave, influenciados pela queda nos preços das commodities internacionais.

A deterioração do cenário internacional combinada com declínio relativo da inflação e os riscos que ela impõe à economia doméstica refletiram nas medidas monetárias do Bacen numa postura de afrouxamento monetário: a meta da taxa overnight (Selic) foi reduzida para 11% a.a. em dezembro, e algumas das medidas macroprudenciais adotadas em 2010 foram parcialmente revertidas, como uma forma de estimular a expansão do crédito. O estoque de crédito fornecido pelo sistema financeiro ultrapassou R\$2 trilhões até o final de 2011 (49,1% do PIB), representando um crescimento de 19% em 12 meses. A expansão do crédito imobiliário (44,5% em 12 meses)

continua a superar as demais modalidades. A inadimplência aumentou para 5,5% em dezembro, frente aos 5,3% no final do terceiro trimestre.

Mesmo com o cenário externo desfavorável, o Brasil registrou um superávit comercial de US\$29,8 bilhões em 2011, quase 50% acima do superávit de US\$20,3 bilhões registrado em 2010. Apesar do declínio visto no segundo semestre, os preços das commodities ainda estavam em média mais altos, do que no ano anterior, e responderam por boa parte do crescimento de 27% nas exportações. As importações avançaram 25%, refletindo a expansão da demanda doméstica. As despesas líquidas com serviços e rendas se elevaram no quarto trimestre, quando comparadas com os níveis observados no mesmo período de 2010. Como resultado, o déficit em conta corrente acumulado em 12 meses se ampliou nos últimos meses do ano, fechando 2011 aos US\$51,9 bilhões (2,1% do PIB).

O investimento estrangeiro direto manteve-se forte nos últimos meses de 2011, apesar da crise, e totalizou US\$66,7 bilhões em 2011 - mais do que compensando o déficit em conta corrente. A turbulência nos mercados internacionais parece ter afetado parcialmente outras fontes de financiamento externo - como o investimento em carteira e algumas modalidades de empréstimos externos -, mas em geral o acesso ao crédito internacional continua suficiente para financiar as necessidades externas do Brasil. As reservas internacionais terminaram 2011 a US\$352 bilhões, constituindo um colchão confortável contra a crise internacional. No entanto, a deterioração do cenário externo tem mantido o real sob alguma pressão. A taxa de câmbio encerrou o ano, cotada a R\$1,88/US\$. Elevadas receitas fiscais e um controle mais apurado das despesas permitiram ao setor público acumular um superávit primário de 3,3% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2011 - acima da meta de 3% do PIB para o ano. Considerando o pagamento de juros sobre a dívida pública, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 2,4% do PIB no mesmo período. O esforço fiscal, combinado com as taxas de juros mais baixas e os efeitos do enfraquecimento da moeda (dado que o setor público é atualmente um credor líquido em moeda estrangeira), levou a dívida líquida do setor público para 36,6% do PIB no final de novembro (em novembro de 2010 foi 38,8%), uma queda de 2,2% em 12 meses. A boa performance das contas fiscais reforça a visão positiva sobre a economia brasileira, que tem sido capaz de suportar a turbulência da crise internacional sem riscos substanciais de problemas fiscais ou de balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que preservou o crescimento econômico, a um ritmo um pouco mais leve.

Outras Informações

A Santander Leasing tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no exercício de 2011, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente que cumulativamente representassem mais de 5% da respectiva remuneração global.

A Administração da Santander Leasing agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Barueri, fevereiro de 2012

O Conselho de Administração
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010	Nota	2011	2010
Ativo Circulante		35.414.559	30.429.394		4.247.391	3.779.786
Disponibilidades	4&16.d	46.221	39.355	5	3.800	4.774
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	33.572.853	28.734.147		3.800	4.774
Aplicações no Mercado Aberto		1.000.136	1.000.000		4.243.591	3.775.012
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		32.572.717	27.734.147		346	56.712
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	1.206.755	1.078.646	12	1.435.909	1.420.958
Carteira Própria		1.161.407	1.040.884	13	2.807.336	2.297.342
Vinculados à Prestação de Garantias		45.348	37.634		38.592.825	37.764.944
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	128	11&16.d	32.995.982	29.563.806
Operações de Arrendamento Mercantil		(50.854)	(44.458)		32.995.982	29.563.806
Arrendamentos a Receber:				5	410	3.197
Setor Público	6.b	1.477	1.788		410	3.197
Setor Privado	6.b	2.624.006	3.501.999		5.596.433	8.197.941
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(2.536.216)	(3.368.405)	12	1.627.271	1.829.502
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(140.121)	(179.840)	13	3.969.162	6.368.439
Outros Créditos		608.197	562.242	15	9.999.296	12.657.687
Créditos Tributários	7	584.197	559.099		9.720.030	9.720.030
Diversos	8	24.018	3.297		279.266	2.937.655
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(18)	(154)		-	2
Outros Valores e Bens		31.387	59.462			
Outros Valores e Bens		22.679	48.021			
(Provisões para Desvalorizações)		(3.551)	(1.427)			
Despesas Antecipadas		12.259	12.868			
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.610.328	5.711.011			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	3.156.537	4.268.062			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.156.537	4.268.062			
Operações de Arrendamento Mercantil		(146.441)	(250.652)			
Arrendamentos a Receber:						
Setor Público	6.b	2.926	3.860			
Setor Privado	6.b	3.012.344	5.028.270			
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(2.955.633)	(4.944.618)			
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(206.078)	(338.164)			
Outros Créditos		1.584.755	1.671.594			
Créditos Tributários	7	572.514	882.641			
Diversos	8	1.012.309	789.949			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(68)	(996)			
Outros Valores e Bens		15.477	22.007			
Despesas Antecipadas		15.477	22.007			
Permanente		12.814.625	18.062.012			
Investimentos		1	445			
Outros Investimentos		817	1.261			
(Provisões para Perdas)		(816)	(816)			
Imobilizado de Uso	9	1	1			
Imóveis de Uso		1.387	1.387			
Outras Imobilizações de Uso		17	17			
(Depreciações Acumuladas)		(1.403)	(1.403)			
Imobilizado de Arrendamento	10	12.814.623	18.061.566			
Bens Arrendados		16.049.854	20.552.512			
(Depreciações Acumuladas)		(3.235.231)	(2.490.946)			
Total do Ativo		52.839.512	54.202.417		52.839.512	54.202.417
				Total do Passivo		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Segundo Semestre	2011	2010
			Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		3.261.280	7.062.718	9.068.789
Operações de Arrendamento Mercantil		1.219.663	3.195.594	6.233.581
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		2.042.575	3.868.411	2.837.920
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	16.d	(958)	(1.287)	(2.712)
Despesas da Intermediação Financeira		(3.400.702)	(7.299.680)	(8.822.598)
Operações de Captação no Mercado	16.d	(1.801.511)	(3.432.176)	(2.624.597)
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.711.351)	(3.986.755)	(6.207.298)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	112.160	119.251	9.297
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(139.422)	(236.962)	246.191
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(116.143)	(159.676)	(14.262)
Receitas de Prestação de Serviços		2.011	3.688	2.889
Rendas de Tarifas Bancárias		2.791	7.242	25.296
Outras Despesas Administrativas		(61.781)	(98.704)	(41.657)
Despesas Tributárias		(29.625)	(56.963)	(61.543)
Outras Receitas Operacionais	17	113.798	249.607	281.361
Outras Despesas Operacionais	18	(143.337)	(284.546)	(220.606)
Resultado Operacional		(255.565)	(396.638)	231.929
Resultado não Operacional	19	929.483	1.744.331	1.412.329
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		673.918	1.347.693	1.644.258
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(140.847)	(377.865)	(650.503)
Provisão para Imposto de Renda		89.431	13.918	(362.657)
Provisão para Contribuição Social		(10.830)	(106.774)	(240.798)
Ativo Fiscal Diferido		(219.448)	(285.009)	(47.048)
Lucro Líquido		533.071	969.828	993.755
Nº de Ações (Mil)	15.a	11.044.653	11.044.653	11.044.653
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		48,27	87,81	89,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		8.559.284	1.156.819	3.927	119.750	1.880.794	4	11.720.578
Incorporação - ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A.		610.544	(610.544)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	15.a	-	3.927	(3.927)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	-	(2)	(2)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	993.755	993.755
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	49.688	-	-	(49.688)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	-	-	(56.644)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	-	443.712	-	(443.712)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	-	443.711	-	(443.711)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		9.169.828	550.202	169.438	2.768.217	2	2	12.657.687
Incorporação - Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	15.a	546.275	(546.275)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	15.a	3.927	(3.927)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	-	(2)	(2)
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	-	(2.768.217)	-	-	(2.768.217)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	969.828	969.828
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	48.492	-	-	(48.492)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	-	-	(250.000)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	-	-	(610.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	-	30.668	-	(30.668)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	-	30.668	-	(30.668)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		9.720.030	550.202	217.930	61.336	-	-	9.999.296
Saldos em 30 de Junho de 2011		9.169.828	550.202	191.276	93.919	-	-	10.005.225
Incorporação - Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	15.a	546.275	(546.275)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	15.a	3.927	(3.927)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	533.071	533.071
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	26.654	-	-	(26.654)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	-	-	(539.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	-	(16.292)	-	16.292
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	-	(16.291)	-	16.291
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		9.720.030	550.202	217.930	61.336	-	-	9.999.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011		2010	
		Segundo Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		533.071	969.828	993.755	993.755
Ajustes ao Lucro Líquido		(80.682)	(34.663)	490.644	490.644
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	(112.160)	(119.251)	(9.297)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(70.620)	(126.525)	319.518	319.518
Provisão para Processo Judiciais e Administrativos		105.888	220.208	181.634	181.634
Depreciações e Amortizações		-	-	-	1
Constituição de Provisão para Perdas		-	-	-	-
em Outros Valores e Bens	(2.649)	2.124	(546)	-	-
Resultado na Alienação de Valores e Bens	(1.104)	(1.344)	(666)	-	-
Resultado na Alienação de Investimentos	(37)	(9.875)	-	-	-
Variações em Ativos e Passivos		(82.159)	2.540.340	(639.700)	(639.700)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras e Liquidez	(3.197.058)	(3.835.084)	(5.170.697)	-	-
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-
e Instrumentos Financeiros Derivativos	(64.142)	(131.873)	(1.046.440)	-	-
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil	1.547.138	3.343.164	3.195.188	-	-
Redução (Aumento) em Outros Créditos	136.033	(243.875)	(256.577)	-	-
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	1.854	7.139	32.836	-	-
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.801.511	3.432.176	2.624.597	-	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(49.180)	512.205	258.990	-	-
Imposto Pago	(258.015)	(543.512)	(277.597)	-	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		370.230	3.475.505	844.699	844.699
Atividades de Investimento					
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos	38	10.319	-	-	-
Alienação de Bens não de Uso Próprio	3.813	6.221	1.212	-	-
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		3.851	16.540	1.212	1.212
Atividades de Financiamento					
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(458.110)	(3.593.082)	(60.323)	-	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento	(458.110)	(3.593.082)	(60.323)	-	-
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(84.029)	(101.037)	785.588	785.588
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	1.163.404	1.180.412	394.824	394.824
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	1.079.375	1.079.375	1.180.412	1.180.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI). A instituição também suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011		2010	
		Valor Adicionado	% sobre Receita	Valor Adicionado	% sobre Receita
Receitas da Intermediação Financeira		7.062.718	-	9.068.789	-
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas					
de Tarifas Bancárias		10.930	-	28.185	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	119.251	-	9.297	-
Outras Receitas e Despesas		1.729.392	-	1.473.082	-
Despesas da Intermediação Financeira	(7.418.931)	-	-	(8.831.895)	-
Insuomos de Terceiros	(98.704)	-	-	(41.656)	-
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(16.127)	-	-	(7.763)	-
Outros	(82.577)	-	-	(33.893)	-
Valor Adicionado Bruto		1.404.656		1.705.802	
Retenções					
Depreciações e Amortizações		-	-	(1)	-
Valor Adicionado Líquido Produzido/a Distribuir		1.404.656		1.705.801	
Distribuição do Valor Adicionado					
Impostos, Taxas e Contribuições		434.828	31,0%	712.046	41,7%
Federais		424.094	-	699.095	-
Municipais		10.734	-	12.951	-
Remuneração de Capitais Próprios		969.828	69,0%	993.755	58,3%
Dividendos	15.b	250.000	-	56.644	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	610.000	-	-	-
Reinvestimentos de Lucros		109.828	-	937.111	-
Total		1.404.656	100,0%	1.705.801	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. O prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para perdas são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vindas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) de adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinado a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge" podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

Continua...



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2011	2010
Saldo Inicial (Reversões)/Constituições	519.154	591.489
Baixas	(119.251)	(9.297)
Saldo Final	346.285	63.038
Circulante	140.139	179.994
Longo Prazo	206.146	339.160
Créditos Recuperados no Acumulado do Período ⁽¹⁾	84.653	35.463

⁽¹⁾ Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

7. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	273.463	50.870	(114.186)	210.147
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	9.477	3.677	(2.328)	10.826
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	181.886	119.671	(69.974)	231.583
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	107	-	(57)	50
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação ⁽¹⁾	508	-	(188)	320
Outras Provisões Temporárias	16.331	7.198	-	23.529
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	481.772	181.416	(186.733)	476.455
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	946.455	-	(175.973)	770.482
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
Total dos Créditos Tributários	1.442.373	181.416	(362.706)	1.261.083
Créditos não Registrados	(633)	(103.739)	-	(104.372)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	1.441.740	77.677	(362.706)	1.156.711
Circulante	559.099			584.197
Longo Prazo	882.641			572.514
	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	301.471	51.916	(79.924)	273.463
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	8.105	3.720	(2.348)	9.477
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	151.527	79.229	(48.870)	181.886
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	59	72	(24)	107
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação ⁽¹⁾	1.950	-	(1.442)	508
Outras Provisões Temporárias	26.612	-	(10.281)	16.331
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	489.724	134.937	(142.889)	481.772
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	985.691	-	(39.236)	946.455
Contribuição Social - MP 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
Total dos Créditos Tributários	1.489.561	134.937	(182.125)	1.442.373
Créditos não Registrados	(623)	(10)	-	(633)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	1.488.938	134.927	(182.125)	1.441.740
Circulante	146.829			559.099
Longo Prazo	1.342.109			882.641

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias				Prejuízos Fiscais Base - Negativa	CSLL 18%	Total	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total				
2012	179.065	79.750	17	311.219	14.146	584.197	584.197	
2013	47.649	30.957	17	182.012	-	260.635	260.635	
2014	54.749	35.211	-	111.324	-	201.284	201.284	
2015	1.359	816	-	6.874	-	9.049	9.049	
2016	28.501	17.080	-	608	-	46.189	46.189	
2017 a 2019	211	127	-	32.905	-	33.243	33.243	
2020 a 2021	196	117	-	21.801	-	22.114	22.114	
2022 a 2024	395	238	-	103.739	-	104.372	-	
Total	312.125	164.296	34	770.482	14.146	1.261.083	1.156.711	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.082.673 (2010 - R\$1.279.591) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$1.036.509 (2010 - R\$1.279.070), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

8. Outros Créditos - Diversos

	2011	2010
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	361.739	405.326
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	219	178
Outros	49.281	46.294
Garantias Contratadas de Ex-Contratadores (Nota 14.h)	138.784	-
Impostos e Contribuições a Compensar	426.457	325.493
Pagamentos a Recessar	4.253	7.797
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 6.a)	4.638	6.979
Outros	50.956	1.179
Total	1.036.327	793.246
Circulante	24.018	3.297
Longo Prazo	1.012.309	789.949

9. Imobilizado de Uso

Em 2011 e 2010, está composto, principalmente, por edificações.

10. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.b), e tem a seguinte composição:

	2011	2010
Veículos e Afins	13.762.186	18.187.273
Máquinas e Equipamentos	2.021.575	2.104.465
Aeronaves	26.872	32.931
Embarcações	14.178	27.317
Instalações	489	489
Imóveis	5.288	7.788
Móveis	13.097	20.085
Outros Bens	8.055	5.735
Depreciações Acumuladas	(10.823.910)	(11.713.834)
Superveniência de Depreciação	7.588.679	9.222.888
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	198.114	166.429
Total	12.814.623	18.061.566

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguimento dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Santander Leasing. Foi registrada uma insuficiência de depreciação no exercício no valor de R\$1.634.209 (2010 - uma superveniência de depreciação no valor R\$1.089.635), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacon 1.429/1989.

11. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Emissão	Vencimento	Quantidade	2011		2010	
				Valor de Juros (a.a.)	Total	Valor de Juros (a.a.)	Total
Debêntures setembro-07	setembro-17	5.000.000	R\$5.000.000	100,0% CDI	7.820.238	7.006.781	
Debêntures agosto-06	agosto-16	410.000	R\$4.100.000	100,0% CDI	7.313.507	6.552.759	
Debêntures junho-07	junho-17	410.000	R\$4.100.000	100,0% CDI	6.597.581	5.911.304	
Debêntures junho-05	junho-15	150.000	R\$1.500.000	100,0% CDI	3.237.103	2.900.381	
Debêntures março-06	março-16	150.000	R\$1.500.000	100,0% CDI	2.843.502	2.547.722	
Debêntures setembro-05	setembro-20	120.000	R\$1.200.000	100,0% CDI	2.470.533	2.213.556	
Debêntures abril-06	abril-21	100.000	R\$1.000.000	100,0% CDI	1.850.319	1.657.870	
Debêntures junho-05	junho-20	400.000	R\$400.000	100,0% CDI	863.199	773.433	
Total (Longo Prazo)					32.995.982	29.563.806	

12. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	Saldo em 31/12/2010	Realização	2011		2010	
			Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Tributos Diferidos				1.897.183		2.308.738
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)				981.290		904.715
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 14.h)				138.784		-
Impostos e Contribuições a Pagar				45.923		37.007
Total	3.063.180	3.250.460				
Circulante	1.435.909	1.420.958				
Longo Prazo	1.627.271	1.829.502				
Total (Longo Prazo)	1.627.271	1.829.502				
	Saldo em 31/12/2010	Realização	Saldo em 31/12/2011			
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	22	(22)	-			
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	1	(1)	-			
Superveniência de Arrendamento Mercantil	2.308.695	(411.525)	1.897.170			
Outros	20	(7)	13			
Total	2.308.738	(411.555)	1.897.183			
	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010		
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	53	-	(31)	22		
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	4	-	(3)	1		
Superveniência de Arrendamento Mercantil	2.036.286	272.409	-	2.308.695		
Outros	78	-	(58)	20		
Total	2.036.421	272.409	(92)	2.308.738		

⁽¹⁾ Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

13. Outras Obrigações - Diversas

	2011	2010
Créditos por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.b)	6.650.756	8.596.166
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.b)	27.191	23.960
Provisão para Pagamentos a Efetuar	16.484	20.347
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 16.d)	59.340	33
Outras	22.727	25.275
Total	6.776.498	8.665.781
Circulante	2.807.336	2.297.342
Longo Prazo	3.969.162	6.368.439

14. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	2011	2010
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12)	981.290	904.715
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13)	27.191	23.960
Ações Trabalhistas	125	267
Ações Cíveis	27.066	23.693
Total	1.008.481	928.675

	2011		2010	
	Fiscais	Trabalhistas	Fiscais	Trabalhistas
Saldo Inicial	904.715	267	773.880	147
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	203.028	(102)	172.372	177
Baixas por Pagamento	(3.368)	(40)	(41.537)	(57)
Outros ⁽²⁾	(123.085)	-	-	(5.655)
Saldo Final	981.290	125	904.715	267
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	200.266	125	5.386	169.381
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	10.575	-	6.562	-
Total dos Depósitos em Garantia ⁽³⁾	210.841	125	5.386	175.943

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Em 2011, refere-se, principalmente, a transferência para provisão para processos judiciais - responsabilidade de ex-controladores (Nota 14.h).

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias são: PIS e Cofins - R\$283.963 (2010 - R\$258.905); a Santander Leasing interps medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$397.155 (2010 - R\$294.895); a Santander Leasing distribuiu Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu alíquota de 15%.

IPVA - Leasing - R\$52.777 (2010 - R\$34.391); discute-se a cobrança do IPVA incidente sobre os veículos arrendados, não pagos, no vencimento, pelos arrendatários.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é: **ISS Leasing - Municípios Diversos da Sede** - R\$219.315 (2010 - R\$169.262); cobranças de ISS incidente sobre operações de leasing, por municípios diversos da sede, sobre contratos de arrendamento mercantil firmados naqueles municípios, sob alegação de que o imposto não teria sido recolhido.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis
São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Em 2011, refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$138.784, registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 12) de responsabilidade de ex-controladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

I) A Santander Leasing não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível significativos.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é composto por 11.044.653 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

Em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$3.927, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital.

Em 9 de dezembro de 2011, o Bacen homologou a incorporação da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. pela Santander Leasing e do aumento do capital no valor de R\$546.275 em decorrência da incorporação.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em dezembro de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de outubro a dezembro de 2011, no valor de R\$169.000 (R\$0,01530152 em reais por ação e R\$0,01300629, líquido do imposto de renda, em reais por ação) que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em setembro de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de março a setembro de 2011, no valor de R\$370.000 (R\$0,0350037 em reais por ação e R\$0,02847532, líquido do imposto de renda, em reais por ação) que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em junho de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a fevereiro de 2011, no valor de R\$71.000 (R\$0,00642845 em reais por ação e R\$0,00546418, líquido do imposto de renda, em reais por ação) que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em maio de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, com base no balanço de 30 de abril de 2011, no valor de R\$250.000 (R\$0,02263539 em reais por ação), que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em fevereiro de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos complementares, no valor total de R\$2.768.217 (R\$0,25063860 em reais por ação), sendo que o valor de R\$1.384.109 foi retirado da conta reserva para equalização de dividendos e R\$1.384.108 da conta de reserva para reforço de capital de giro.

Em dezembro de 2010, foram destacados dividendos com base nos lucros acumulados no exercício de 2010, no valor de R\$56.644 (R\$0,00512864 em reais por ação) referente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2010.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2011, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2011 e 2010, não foram registradas despesas com honorários para o Conselho de Administração, Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Santander Leasing, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Santander Leasing;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 8.678.230 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Marciel Angel Portela Alvarez

Conselheiros

Carlos Alberto López Galán

Luis Felix Cardamone Neto

DIRETORIA

Angel Oscar Agallano*

Fernando Byington Egydio Martins

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Amancio Acurcio Gouveia

José de Menezes Berenguer Neto

Oscar Rodriguez Herrero *

Luis Felix Cardamone Neto

*Posse pendente de obtenção de visto de concomitância

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Buenos Aires - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	46.221	-	39.355	-
Banco Santander	46.221	-	39.355	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	36.729.390	3.743.300	33.002.209	2.796.299
Banco Santander	36.729.390	3.371.863	26.026.019	2.176.971
Aymoré CFI	-	371.437	6.976.190	619.328
Recursos de Debêntures (Nota 11)	(32.995.982)	(3.432.176)	(29.563.806)	(2.624.597)
Banco Santander	(32.995.982)	(3.432.176)	(29.563.806)	(2.624.597)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido (Nota 5.b)	(4.210)	(1.287)	(7.843)	(2.712)
Banco Santander	(4.210)	(1.287)	(7.843)	(2.712)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	(56.640)	-
Banco Santander	-	-	(44.508)	-
Banco Bandepe	-	-	(12.132)	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 13)⁽²⁾	(59.340)	(66.160)	(33)	(35.972)
Banco Santander	(59.338)	(65.892)	-	(34.904)
Aymoré CFI	(2)	(268)	(33)	(1.068)

⁽¹⁾ Em 2011, composto por aplicações no mercado aberto com vencimento até 3 meses no valor de R\$1.000.136, e aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses no valor de R\$33.018, de 3 a 12 meses R\$32.539.699 e acima de 12 meses R\$3.156.537.

⁽²⁾ As despesas referem-se, principalmente, a despesa administrativas - convênio operacional.

17. Outras Receitas Operacionais

	2011	2010
Reversão de Provisões Operacionais	-	-
Trabalhistas (Nota 14.c)	102	-
Outras	20.562	15.074
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	133.830	146.736
Atualização de Depósitos Judiciais	30.836	23.157
Recuperação de Encargos e Despesas	27.110	36.144
Atualização de Impostos a Compensar	35.449	48.998
Outras	1.718	11.852
Total	249.607	281.361

18. Outras Despesas Operacionais

	2011	2010
Provisões Operacionais	-	-
Fiscais (Nota 14.c)	114.645	28.931
Trabalhistas (Nota 14.c)	-	177
Cíveis (Nota 14.c)	17.282	9.085
Outras	6.454	15.743
Comissões de Agenciamento	34.626	47.352
Descontos Concedidos	41.747	40.931
Gastos com Contratos em Atraso	33.144	39.212
Despesas com Veículos Apreendidos - Leilão	2.326	18.843
Outras	14.322	20.334
Total	264.546	220.608

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2011	2010
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	1.347.693	1.644.258
Juros sobre o Capital Próprio	(610.000)	-
Resultado antes dos Impostos	677.693	1.644.258
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 15% Respectivamente	(295.077)	(657.703)
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.662	7.408
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias	(103.739)	-
Demais Ajustes	15.289	(208)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(377.865)	(650.503)

21. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/rri.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.